



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SEMINÁRIO - ECA - MULTIPLICIDADE DE OLHARES E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

DATA: 12/7/19

Realizador: Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor

Local de realização: Plenário Amynthas de Barros

9 horas - Apresentação cultural

Ocorreu apresentação do grupo de percussão Batukalata.

9h19min - Abertura

Composição da Mesa:

- o vereador Edmar Branco;
- o vereador Pedro Patrus;
- a membra do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte - CMDCA-BH, Paola Christine dos Santos Abreu, representante da secretária municipal de Educação, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben;
- a presidenta do CMDCA -BH, Nádia Sueli Costa de Paula Alves;
- o conselheiro tutelar Pedro Henrique Alves, representante dos trios de conselheiros tutelares de Belo Horizonte;
- a secretária municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Máira Pinto Colares;
- a coordenadora do Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ao Adolescente Trabalhador - Fectipa-MG - e técnica de nível superior do Ministério da Economia - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais - SRTE-MG, Elvira Cosendey;

- o graduado em Ciências Contábeis, consultor, especialista e pesquisador da área de Orçamento Público e da Criança e do Adolescente do Fórum Mineiro de Conselheiros Tutelares - FMCT , Wellington Amorim;
- o representante dos adolescentes da Associação Profissionalização do Menor de Belo Horizonte - Assprom, Samuel Felipe de Souza Silva;
- o conselheiro tutelar, Maurício Barbosa Brandão;
- o vereador Jair di Gregório, representando a presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH, vereadora Nely Aquino.

9h23min - Pronunciamento

O vereador **PEDRO PATRUS** saudou todas e todos e parabenizou o vereador Edmar Branco pela iniciativa de realizar este seminário. Enfatizou a importância do trabalho e da militância desenvolvido pelo vereador Edmar Branco nas áreas de proteção da criança, do adolescente e do meio ambiente. Disse que critica o presidente Jair Bolsonaro por dizer que o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - deveria ser rasgado e por defender o trabalho infantil.

O vereador **EDMAR BRANCO** saudou todas e todos e defendeu que o lugar de criança é na escola, no esporte e na arte. Afirmou comemorar os 29 anos do ECA e desejou a todos um bom seminário.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

MAÍRA PINTO COLARES saudou todas e todos e enfatizou a necessidade de se discutir os direitos da criança e do adolescente nesse momento em que o ECA completa 29 anos. Disse que o ECA é apenas um papel e que é necessário fazer com que ele se materialize na vida das crianças e dos adolescentes. Afirmou que a Educação tem que ter prioridade social e ser oferecida às crianças e aos adolescentes de forma próxima.

NÁDIA SUELI COSTA DE PAULA ALVES saudou a todos e agradeceu o convite ao CMDCA-BH para participar deste seminário. Comentou que o ECA ainda não foi completamente implementado e que é preciso acompanhar de perto as propostas de alteração desse diploma legal. Elogiou a iniciativa de se realizar esse seminário e desejou que ele trouxesse boas reflexões para nossa sociedade.

PEDRO HENRIQUE ALVES saudou todas e todos e parabenizou o vereador Edmar Branco pela iniciativa de realizar o seminário. Afirmou que o vereador Edmar Branco promove todos os anos eventos para comemorar o ECA. Disse criticar o momento atual da política brasileira que afirmou ser demagoga e populista. Disse ser fundamental ocupar todos os espaços disponíveis para discutir a implementação de direitos. Disse lamentar que nos últimos 29 anos não tivesse sido possível implementar totalmente o ECA e defendeu o empenho diário de todas e de todos para buscar a implementação e garantia de direitos. Cobrou a retomada da atuação da Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente em Belo Horizonte.

ELVIRA COSENDEY saudou todas e todos e lembrou sua experiência na elaboração de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

legislações de defesa das crianças e dos adolescentes e cobrou respeito aos direitos destes.

MAÍRA PINTO COLARES saudou todas e todos e elogiou o vereador Pedro Patrus e a sua atuação na defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Defendeu a importância de se implementar políticas públicas efetivas de proteção da criança e do adolescente. Disse que o trabalho infantil não deve existir e que critica agentes públicos por incentivá-lo. Afirmou criticar as propostas de diminuição da maioria penal e alertou que existem diversas propostas nesse sentido tramitando no Poder Legislativo. Cobrou a defesa do ECA e disse que a prática tem mostrado desafios para sua implementação efetiva. Comentou que tem sido verificada a falta de recursos constitucionalmente previstos aos Municípios e que é um fato muito grave que compromete as funções básicas dos Municípios com as áreas da Saúde e da Educação. Afirmou que não é possível falar em ampliação do atendimento à população com essa falta de repasses e que tem sido um desafio para os Municípios manter o atendimento à população.

SAMUEL FELIPE DE SOUZA SILVA saudou todas e todos e disse que trabalha na Assprom há dois anos e que a associação mudou sua vida. Disse que é morador de favela e que recebe apoio e oportunidade de qualificação profissional e de se manter estudando.

MAURÍCIO BARBOSA BRANDÃO saudou todas e todos e enfatizou a importância de garantir e defender os direitos das crianças e dos adolescentes. Disse que as crianças são o futuro do nosso País e que é preciso uma luta constante e diária na defesa desses direitos. Defendeu a ampliação do número de vagas nos programas de capacitação profissional de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

adolescentes e defendeu mais investimentos nos programas de menores aprendizes. Disse que esses programas tiram as crianças e os adolescentes das drogas e da criminalidade e afirmou criticar a falta de vagas para tratamento de crianças e de adolescentes dependentes de drogas. Agradeceu a todas e a todos os presentes, aos vereadores que promovem esse evento e elogiou a atuação dos conselheiros tutelares.

O vereador **PEDRO PATRUS** esclareceu que frentes parlamentares na CMBH não são oficiais e não têm estrutura como assessoria e infraestrutura. Disse que existem vereadores que se dizem defensores das crianças e dos adolescentes, mas que pregam a redução da maioria penal e a perda de direitos. Propôs-se a reativar a Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente junto com o vereador Edmar Branco.

10h7min - Leitura de Carta de Compromisso

Ocorreu a leitura de Carta de Compromisso gerada pelos participantes do Seminário - ECA: Fortalecendo sua Compreensão, realizado em julho de 2017 na CMBH.

10h11min - Palestra: ECA - Multiplicidade de Olhares e Afirmação de Direitos

Palestrante: Elvira Cosendey, coordenadora do Fectipa-MG e técnica de nível superior do Ministério da Economia - SRTE-MG.

Síntese da palestra:

ELVIRA COSENDEY comentou os números de adolescentes inseridos em programas de menores aprendizes. Disse que todas as empresas no Município de Belo Horizonte são comunicadas e cumprem as vagas previstas de menores aprendizes. Enfatizou que os programas de aprendizagem atendem todos os jovens cadastrados no regime de acolhimento. Informou que 44% dos aprendizes são admitidos nas empresas onde trabalhavam. Denunciou



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que o programa de menor aprendiz tem sido atacado pela Confederação Nacional da Indústria - CNI - com a proposta de alteração da forma de cálculo das vagas exigidas de aprendizagem, o que implicaria na redução de vagas. Disse que é preciso que os conselheiros tutelares tenham atenção para identificar a ocorrência do trabalho infantil. Disse que têm sido realizadas atividades de busca ativa visando identificar casos de trabalho infantil. Exemplificou que, em pequena cidade que se vangloriava da inexistência de trabalho infantil, foram identificados 188 casos. Afirmou que o trabalho no Brasil é proibido para menores de 16 anos, exceto como aprendiz a partir dos 14 anos. Comentou a importância das campanhas de conscientização e de combate ao trabalho infantil e apresentou o material publicitário preparado pelo Fectipa-MG para a campanha dos anos de 2019 e 2020. Disse que esse material foi criado de forma coletiva e que foi celebrado convênio com a Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - para a entrega de 840 *banners* de combate ao trabalho infantil e 840 *banners* de combate à exploração sexual de crianças e de adolescentes. Disse ter a expectativa de que todos os aparelhos públicos em Belo Horizonte tenham esse material exposto. Disse que ainda existem 2.400 mil crianças e adolescentes em situação de trabalho no Brasil. Apresentou vídeo com o histórico desse dado e enfatizou sua queda, mas ressaltou que o número de crianças e de adolescentes nessa situação ainda é muito alto. Disse que, tradicionalmente, a maioria dessas crianças e adolescentes trabalhando são meninos e negros. Cobrou a criação de uma força tarefa em Minas Gerais para atuar na abordagem de crianças e de adolescentes em situação de trabalho. Comentou a discrepância de dados entre o Cadastro Único da Assistência Social e o último censo realizado. Apresentou dados sobre a ocorrência de acidentes de trabalho com base nos atendimentos dos postos de saúde em Belo Horizonte. Alertou que, entre 2007 e 2018, ocorreram mais de 47 mil acidentes de trabalho



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

envolvendo crianças e adolescentes e detalhou as principais características desses acidentes. Criticou a perpetuação de mitos que tentam justificar o trabalho infantil e conclamou todas e todos os presentes a denunciar casos de trabalho infantil. Enumerou como principais causas do trabalho infantil: a péssima distribuição de renda; a falta de proteção familiar; a ausência de denúncias; a ausência de políticas públicas e a herança cultural do País. Ressaltou que o trabalho infantil traz consequências severas para a sociedade e apresentou propostas para combater o trabalho infantil: a garantia de educação integral e o desenvolvimento de políticas públicas para garantir a inclusão produtiva das famílias. Cobrou o combate ao trabalho infantil na informalidade. Apresentou casos de acidentes de trabalho envolvendo crianças e adolescentes. Denunciou que tem ocorrido o aluguel de crianças para mendicância na região do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro, em Belo Horizonte.

11h10min - Apresentação Cultural

Ocorreu apresentação do grupo Aliança.com.

11h20min - Palestra: ECA - Multiplicidade de Olhares e Afirmação de Direitos

Palestrante: Wellington Amorim, graduado em Ciências Contábeis, consultor, especialista e pesquisador da área de orçamento público e da criança e do adolescente do FMCT.

Síntese da palestra:

WELLINGTON AMORIM saudou todas e todos, agradeceu-os pela presença e manifestou seu apreço pelo trabalho dos conselheiros tutelares. Defendeu a união de todas e todos para garantir os direitos da criança e do adolescente e combater o trabalho infantil. Ressaltou a importância da afirmação de direitos e lembrou o histórico de formação dos direitos humanos e a sua implementação no Brasil. Lembrou-se de caso ocorrido, em 1926, com uma criança engraxate denominada Bernardino, que sofreu violência ao ser preso em uma cela



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

com criminosos comuns. Lembrou que as primeiras legislações de proteção das crianças e dos adolescentes previam a distinção entre as crianças ricas e brancas e as pobres e negras ou abandonadas. Disse que somente com a Constituição de 1988 houve o reconhecimento da criança como sujeito de direitos e se estabeleceu a obrigatoriedade de sua proteção. Disse que em 13/7/90 surgiu o ECA como fruto de pressão popular e disse ser essa uma lei de primeiro mundo, vista como referência mundialmente. Ressaltou que o ECA prega a doutrina da proteção integral e define a criança e o adolescente com a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e que deve receber prioridade absoluta em nossa sociedade. Enumerou as principais conquistas e avanços obtidos após o ECA em especial a criação dos conselhos de direitos, dos conselhos tutelares e das leis subsequentes. Comentou sobre as leis subsequentes que ampliaram a proteção de direitos, tais como a Lei da Adoção; a Lei Menino Bernardo, que proíbe o uso de castigos físicos ou tratamento cruéis e degradantes contra crianças e adolescentes; a Lei Maria da Penha; a redução do trabalho infantil e da mortalidade infantil com a Lei da Escuta Protegida, que criou um sistema de proteção para a criança e o adolescente vítima ou testemunha de violência; e o Marco Legal da Primeira Infância que estabeleceu os princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância. Celebrou o endurecimento das leis contra a violência sexual. Comentou os desafios para o futuro e afirmou criticar manifestações de autoridades que tentam justificar o trabalho infantil. Criticou também a previsão de porte de arma para conselheiros tutelares. Disse que é uma ação desnecessária e que irá prejudicar o trabalho desenvolvido ao mudar a ótica com que esses profissionais são vistos pela sociedade. Questionou se já foi avaliado o impacto da reforma da previdência sobre crianças deficientes que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC - e cobrou uma



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

discussão clara em relação a esse assunto. Comentou o relatório publicado por cinco Organizações Não Governamentais - ONGs - em São Paulo denominado Análises da Situação dos Direitos da Criança, que aponta um retrocesso na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes desde 2015. Disse que umas das principais causas desse retrocesso é a falta de acesso ao saneamento básico. Disse que 61% das crianças e dos adolescentes brasileiros encontram-se na pobreza ou em privação de ao menos um direito, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef. Disse que 77% dos adolescentes que cumprem medidas de restrição de direitos e liberdade são pobres e negros. Enfatizou a importância do ECA e a necessidade de defendê-lo e compreendê-lo.

O vereador **JAIR DI GREGÓRIO** parabenizou o vereador Edmar Branco pela iniciativa de realizar o presente seminário. Disse que luta pelos conselheiros tutelares e que valoriza muito o trabalho desenvolvido por eles. Criticou as condições atuais de trabalho dos conselheiros tutelares. Lembrou-se de situações de preconceito e de violência que sofreu em sua infância como criança pobre.

12h10min - Menção Honrosa

Foi feita a entrega de diplomas de menção honrosa para os conselheiros tutelares presentes.

12h20min - Debate - Respostas aos questionamentos e a outras intervenções do público.

ELVIRA COSENDEY respondeu a questionamentos formulados de que não teria *banners* para enviar para outros Municípios, porque que todos os *banners* produzidos já estão empenhados para entrega para a PBH. Comentou que o cancelamento da realização da conferência dos direitos da criança e do adolescente nesse ano se deve a restrições financeiras do Estado de Minas Gerais e da União e que os custos para realização desse



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

evento são proibitivos para despesas com deslocamento, com hospedagem e com alimentação. Disse denunciar que alguns desses eventos tenham sido desvirtuados com ocorrências de drogas e de abusos. Cobrou uma reavaliação desse tipo de evento com a verificação dos seus resultados. Disse que a proposta de reforma da previdência previa a continuidade dos BPCs, mas que o processo de votação da reforma quanto a esse assunto deve ser acompanhado de perto. Disse que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Creas - visa a atender a família como um todo e que a falta de condições financeiras não deve ser tratada como caso de negligência e a família deve ser atendida de forma ampla em suas necessidades. Disse que o trabalho de crianças e de adolescentes em Artes e Esportes é vedado, salvo por autorização judicial e com restrições. Disse que o trabalho doméstico é vedado para crianças e para adolescentes e que os produtos químicos de limpeza e a presença do fogão representam grandes riscos nessas atividades. Ressaltou que a aprendizagem não é programa de Assistência Social e cobrou o desenvolvimento de mais programas de capacitação profissional.

WELLINGTON AMORIM respondeu a questionamentos formulados e informou que a atuação dos conselheiros tutelares é determinada pela lei. Esclareceu que a principal atuação é o atendimento de crianças e de adolescentes em situação de violação de direitos. Disse que a população desconhece a área de atuação desses profissionais. Lamentou que os conselhos tutelares estivessem com excesso de trabalho e com falta de infraestrutura, o que compromete a sua atuação.

12h58min - Encerramento

O vereador **EDMAR BRANCO** agradeceu todas e todos pelo comparecimento e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

participação neste seminário e o declarou encerrado.